

**UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL – UNIJUI**

MICHELI PATRÍCIA PERIUS HAAS

**A TRANSFORMAÇÃO DO VALOR SIMBÓLICO DO TRABALHO: DA
PRODUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS AO ESVAZIAMENTO DO LUGAR DO SUJEITO**

**IJUÍ
2017**

MICHELI PATRÍCIA PERIUS HAAS

**A TRANSFORMAÇÃO DO VALOR SIMBÓLICO DO TRABALHO: DA
PRODUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS AO ESVAZIAMENTO DO LUGAR DO SUJEITO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia – Bacharelado, do Departamento de Humanidades e Educação – DHE, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, como requisito parcial à conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Luciane Gheller Veronese

**IJUÍ
2017**

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Dra. Luciane Gheller Veronese, pelo acolhimento, pela escuta atenta e pelas valiosas contribuições, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

Ao meu noivo, Dionatas, pelas palavras de encorajamento, pela cumplicidade e presença constante ao longo deste percurso.

Ao meu pai, Luis, por transmitir-me a experiência do trabalho, da dedicação e da persistência. E por ensinar-me que a riqueza está na simplicidade e na singularidade dos momentos.

À minha mãe, Lisete – com quem compartilho a paixão pelo conhecimento –, pelo incomensurável afeto e apoio. Sem ela eu não teria podido experienciar e concluir essa jornada.

RESUMO

A presente pesquisa bibliográfica tem por objetivo, a partir do olhar da psicologia fundamentada na psicanálise, abordar as modificações decorrentes do processo de constituição do trabalho na vida do ser humano em diversas realidades culturais. A partir de recortes da história e de elementos do mercado de trabalho contemporâneo, o estudo analisa os efeitos à economia psíquica do sujeito trabalhador, em momentos que vão desde a descoberta da agricultura à atual flexibilização do ofício. Além disso, apresenta elementos que marcaram a trajetória de lutas por direitos trabalhistas e também aponta fatos de uma precarização nesse campo, visualizados em elementos do processo produtivo contemporâneo – como o individualismo e a fragmentação do trabalho, deixando o sujeito em um lugar vazio diante de sua atividade laboral.

Palavras-chave: Trabalho. Identidade. Psicanálise. Contemporaneidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 OS TRAÇOS DO TRABALHO NO PROCESSO HISTÓRICO.....	7
1.1 RAÍZES CULTURAIS DO TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES ESPAÇO- TEMPORAIS E SOCIAIS	7
1.2 A CULTURA DO TRABALHO NO BRASIL: DA ESCRAVIDÃO AO TRABALHO ASSALARIADO	14
2 O VALOR SIMBÓLICO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	22
2.1 LIMITES DA LIBERDADE: TRABALHO, IDENTIDADE E PSICANÁLISE.....	22
2.2 A CONTEMPORÂNEA IDEALIZAÇÃO DO OBJETO: QUANTO VALE O SUJEITO?	25
2.3 O SISTEMA ESTÁ FORA DO AR: ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Na linguagem cotidiana o termo “trabalho” tem inúmeros significados e, embora pareça simples e limitado, é extremamente complexo em suas variações. O ofício quando imposto ao sujeito, pode provocar intenso sofrimento e desprazer e, por isso, faz-se extremamente necessário um estudo que busque compreender as implicações e impactos subjetivos decorrentes dos processos de gestão e produção.

Ao longo da história, a estreita relação do homem com o trabalho tem implicado diretamente nas diferentes formas de organização da sociedade, visto que é através dele que o homem também constrói a sua identidade, concretiza seus sonhos, organiza a sua vida e o seu entorno. Com as mudanças decorrentes do processo de industrialização, associadas ao crescimento demográfico, à urbanização e ao irrefreável avanço da tecnologia, houve uma intensa movimentação no cenário social, que implicou em novas formas de trabalho e de estabelecimento de laços entre os homens.

A atual organização do trabalho, marcada pela competitividade, pela busca constante da alta produtividade, pelo bom desempenho empresarial e pela aceleração na realização das atividades; ignora, muitas vezes, o fato de que cada sujeito é único e traz consigo as suas angústias, necessidades e seus desejos. Esquece-se que sujeito e trabalhador são indissociáveis e, por isso, o trabalho nunca é neutro em relação à saúde, produzindo efeitos psíquicos constantemente.

Este trabalho traz uma reflexão acerca das diversas questões decorrentes das mudanças no cenário do trabalho. Busca compreender seu lugar simbólico na vida do sujeito contemporâneo – imerso num sistema operado via discurso capitalista e visto frequentemente como uma simples e substituível ferramenta da “grande máquina”. Além disso, aborda questões acerca de como esse sujeito tem lidado com as turbulências que se apresentam no contexto do trabalho, que agriem sua vida mental.

No primeiro capítulo, percorre alguns caminhos da história que se apresentam como relevantes para a compreensão do processo de trabalho e seus modelos de organização em diferentes realidades culturais, assim como das mudanças sociais decorrentes do desenvolvimento dos ofícios. Após, enfatiza a experiência brasileira frente à constituição do trabalho através de elementos da história do país – como o regime escravista e também o período de transição para o trabalho assalariado – pretendendo incitar uma reflexão acerca do que está enraizado em nossa cultura.

No segundo capítulo, dá enfoque para a análise das transformações que o atual sistema de trabalho provoca nos trabalhadores. A partir de uma exposição sobre o lugar simbólico do trabalho na sociedade contemporânea, estuda questões que, devido à característica dominante do capitalismo, frequentemente são ignoradas, sendo que possuem estreita relação com a saúde psíquica do trabalhador. Essas questões, como o mal-estar diante da impossibilidade de simbolização, o deslocamento do lugar de saber do sujeito para o objeto, a supervalorização da posse de bens materiais, a flexibilização do mercado, etc.; mostram-se como barreiras para a realização de um trabalho livre e satisfatório.

Esse estudo visa, portanto, a reflexão acerca dos efeitos psíquicos do trabalho para o sujeito, um estranho dentro da dinâmica capitalista, que detém cada vez menos autonomia em relação ao seu ofício.

1 OS TRAÇOS DO TRABALHO NO PROCESSO HISTÓRICO

Em toda ação de trabalho existe uma finalidade para o esforço que é investido e, por isso, o trabalhador não atravessa as atividades sem experimentar algum tipo de sentimento em relação ao que faz, seja emoção ou angústia. Os sentimentos produzidos a partir do trabalho articulam-se à identidade do sujeito, visto que ele organiza a sua vida a partir de sua atividade laboral, que lhe permite, ou não, um lugar junto a determinados grupos sociais.

Grandes transformações, impulsionadas pelo processo de globalização e pelo desenvolvimento do sistema capitalista, vêm acontecendo na organização da sociedade devido às mudanças no âmbito do trabalho. Embora muitas vezes desconheçamos, essas mudanças têm sua origem em movimentos ocorridos em outras épocas nas quais o papel do trabalho na vida do ser humano assumiu diferentes faces.

Este capítulo discorre acerca das transformações históricas do trabalho, no plano nacional e internacional, e viabiliza a compreensão das experiências contemporâneas, pois muitas delas são decorrentes dessas mudanças.

1.1 RAÍZES CULTURAIS DO TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS E SOCIAIS

Se recorrermos à etimologia, vemos que um dos significados atribuídos à palavra *trabalho*, em nossa língua, tem origem do latim *tripalium*, que era um instrumento de tortura. Segundo Albornoz (1994):

Tripalium era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente, ou se tornado depois. A *tripalium* se liga o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar (ALBORNOZ, 1994, p. 10).

Na história da constituição do trabalho percebemos que, primitivamente, a sua função era servir apenas como ação complementar ao trabalho realizado pela natureza, ou seja, como forma de subsistência aos indivíduos (caça, pesca, domesticação de animais) (ALBORNOZ, 1994). À medida que o homem foi se transformando, houve um incremento na agricultura com o auxílio das mulheres no plantio e na manutenção das áreas de cultivo, enquanto os homens estivessem caçando. Esse processo deu início a uma forma de divisão de trabalho,

transpôs o nomadismo e fixou os povos próximos às áreas cultivadas com o surgimento dos vilarejos.

Neste momento da história, através da descoberta e do desenvolvimento da agricultura, houve um crescente aumento da população, e o espaço de trabalho, que era junto à natureza, foi sendo cada vez mais explorado através de técnicas como a queimada, que exigia menos tempo de trabalho dos homens (ALBORNOZ, 1994).

Na Idade Média, percebeu-se que a produção servia para além de apenas alimentar quem a cultivava, mas também para comercializar o excedente. Esta nova percepção sobre o cultivo da terra, possibilitou o desenvolvimento do trabalho artesanal, das pequenas indústrias domésticas e o conseqüente avanço da economia e do comércio. Segundo Laner (2005):

O desenvolvimento de atividades de artesanato e comércio, assim como o aumento dos fluxos de negócios na Europa ocidental, reduziram cada vez mais a dependência em relação aos produtos agrícolas. Atividades como a fiação e a tecelagem mudaram definitivamente as bases da produção social, da agrária para a indústria (LANER, 2005, p. 12)

Em decorrência disso, surgiram as diferenças hierárquicas, marcadas entre os senhores feudais, a burguesia, e os menos abastados (ALBORNOZ, 1994). Neste período, no qual predominavam as instituições da igreja católica, de acordo com Laner (2005) a relação do indivíduo medieval com o tempo distinguia-se muito da que se vive atualmente, pois era a igreja – detentora das maiores concentrações de terra e poder da época, juntamente com a nobreza e a classe emergente burguesa – quem determinava o tempo de trabalho e de descanso dos cidadãos. Laner escreve que “No imaginário da sociedade medieval, a perfeita divisão do tempo pertencia a Deus, ou melhor, à Igreja” (2005, p. 16). Desta forma, o tempo destinado ao trabalho era de seis dias por semana, sendo que o sétimo estaria dedicado ao repouso, tendo o indivíduo a obrigação de frequentar a igreja. Essa divisão do tempo representa um legado bíblico da história da criação do mundo, na qual Deus trabalhou seis dias consecutivos e repousou no sétimo, por isso, a indispensabilidade de o sujeito dedicar o seu dia de descanso ao Criador.

A autora segue dizendo que “Foi através dos sinos que o cristianismo pode impor o seu ritmo e seu significado ao tempo de todos os indivíduos, fossem monges, nobres ou agricultores” (LANER, 2005, p. 17). Diante disso, percebe-se o poder exercido pela Igreja que, além de regular o tempo dos cidadãos, ainda que sem a precisão que encontramos na atualidade, desempenhava um papel de autoridade também no modo com que eles se organizavam dentro da sociedade. Neste viés, Castells (1999) aponta que os principais

marcadores temporais daquela época eram as festas promovidas pela igreja, as feiras e os períodos climáticos.

No início do século XIII, conforme Laner (2005) houve uma importante mudança relacionada ao tempo cronológico. Do tempo eclesiástico – sob o domínio religioso – passou-se ao tempo laico – dominado pela burguesia –, o que implicou na substituição dos sinos das fábricas por relógios mecânicos e, posteriormente, no surgimento dos relógios individuais. Assim, as horas passaram a seguir uma referência universal. De acordo com Sennett (2010):

Os sinos das igrejas, desde o século seis, marcavam o tempo em unidades religiosas do dia; os beneditinos deram um passo importante, no início da Idade Média, tocando os sinos para marcar as horas de trabalhar e as de comer, além das de rezar. Mais próximo da época de Smith, relógios mecânicos haviam substituído os sinos das igrejas, e em meados do século dezoito os relógios de bolso achavam-se em uso generalizado. Agora podia-se saber o tempo matematicamente exato onde quer que se estivesse, ao alcance da vista ou do ouvido de uma igreja ou não: o tempo deixara assim de depender do espaço. Por que a extensão desse esquema de tempo iria revelar-se uma tragédia humana? (SENNETT, 2010 p. 40).

Segundo estudos de Castells (1999), durante os séculos XVIII e XIX, o contexto social assistiu às transformações provocadas pela primeira e pela segunda Revolução Industrial. A primeira iniciou-se com a criação de máquinas – dentre elas a máquina a vapor – com o intuito de diminuir o tempo de trabalho humano, embora não fosse sustentada na ciência, visava a máxima utilização e desenvolvimento de informações e conhecimentos da época. Já a segunda, após 1850, contou com a presença intensa da ciência e, por isso, objetivava alcançar mudanças impactantes, ainda que isso implicasse em “objetificar” seres humanos em prol do aumento da produção.

De acordo com Lopes (2008), a Revolução Industrial trouxe consigo profundas mudanças que não se restringiam apenas ao campo de trabalho, mas que podiam ser percebidas no modo em que toda a sociedade passara a se organizar. Foram criadas grandes metrópoles, mesmo em regiões afastadas, e os espaços voltados às atividades econômicas, passaram a se organizar em torno destes novos centros urbanos. Nesse processo de industrialização e urbanização, o capitalismo consolidou-se e passou a comandar o mercado, no entanto, essa consolidação se deu sobre a exploração dos trabalhadores, dentre eles crianças e mulheres que eram expostos a condições precárias em ambientes de trabalho insalubres, sendo forçados a cumprir infundáveis jornadas de trabalho, além de receberem baixíssimos salários e não contarem com leis que lhes protegessem desse processo degradativo e adoecedor (GUIRALDELLI, 2014).

Nesse contexto, Castells (1999) afirma que:

Foram, de fato, “revoluções” no sentido de que um grande aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e distribuição, criou uma enxurrada de novos produtos e mudou de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo (...) (CASTELLS, 1999, p. 53).

Nesse cenário, de acordo com Guiraldelli (2014), ao mesmo tempo em que se ressaltava a ideia de progresso no campo da ciência e da tecnologia – percebido através da expansão da economia, também se ampliavam fatores como a fragmentação e a exploração do trabalho humano, o êxodo rural, a criminalidade, e mais um vasto conjunto de elementos que acentuavam as desigualdades da época.

Segundo Dejours (1992, p. 14), “(..) não cabe falar em “saúde” em relação à classe operária do século XIX. (..) A luta pela saúde, nesta época, identifica-se com *a luta pela sobrevivência*: viver, para o operário, é não morrer”. Neste período da história a duração do trabalho atingia de 12 a 16 horas por dia e os salários eram extremamente baixos.

Ao longo do século XIX houve uma forte luta pela redução da jornada de trabalho que, mesmo assim, permaneceu inalterada por quase 50 anos e, conforme salienta De Almeida (2015), somente após a primeira guerra mundial, com a criação da Organização Internacional do Trabalho (1919), foram conquistados o regime de trabalho de oito horas diárias e outras leis favoráveis à saúde do trabalhador. Desta forma, de acordo com Guiraldelli (2014), ao final deste século, tendo as atividades se modificado e se tornado mais complexas (no sentido de requererem mais técnica para o manuseio das máquinas), percebeu-se a necessidade de remodelar os processos de trabalho. Surgiu, então, o modelo de produção taylorista.

Conhecido como o “pai” da Administração Científica do Trabalho, Frederick W. Taylor desenvolveu técnicas visando a máxima eficiência e o mínimo de tempo utilizado pelos trabalhadores em suas funções, o que implicou na separação do trabalho intelectual do trabalho braçal (GUIRALDELLI, 2014). Realizou, assim, estudos com o auxílio de um cronômetro a fim de que os administradores pudessem saber com exatidão o que cada trabalhador estaria produzindo em um determinado período de tempo (SENNETT, 2010). Conforme observa Guiraldelli, o método taylorista “(...) consistiu em manter movimentos repetitivos e tarefas fragmentadas com rígido controle do tempo e rotinização, garantindo assim a relação de um trabalhador para uma máquina, o que implicava hierarquização e desqualificação no interior da produção (2014, p. 4). Além disso, o autor aponta que esse modelo de trabalho foi, mais tarde, incorporado pelo fordismo.

Henry Ford, precursor do fordismo, por meio de inovações técnicas automatizou e padronizou seu processo de produção em massa, sustentado por um grande investimento em máquinas e equipamentos. Com isso, suas fábricas passaram a ser exemplos e, embora fosse um modelo de gestão rígido e verticalizado, o fordismo tomou proporções mundiais (SENNETT, 2010).

O filme “A classe operária vai ao paraíso”, com direção de Élio Petri, retrata esse cenário de produção em massa baseado no método taylorista, no qual as máquinas foram introduzidas nas fábricas e os operários tinham exaustivas jornadas de trabalho repetitivo, que demandavam restritas capacidades intelectuais. Essas mudanças afastaram, cada vez mais, o homem do trabalho livre e satisfatório, já que ao invés de as ferramentas serem planejadas de acordo com as necessidades do trabalhador, era ele quem tinha de adequar-se a elas, tornando-se cada vez menos protagonista de suas tarefas e mais alienado ao trabalho que se limitava a poucas atividades prescritas, que enjaulavam a sua subjetividade.

Em uma das cenas iniciais do filme, podemos observar como era (e por vezes ainda é) tida a relação entre o homem e a máquina. Nela, os trabalhadores são recebidos na fábrica ao som de um alto-falante que lhes deseja uma boa jornada de trabalho e alerta: “Pelo seu próprio interesse, tratem com carinho as máquinas que lhes confiamos, cuidando da sua manutenção. As medidas de segurança sugeridas pelo estabelecimento garantem a sua segurança. Sua saúde depende do seu comportamento com as máquinas. Respeite-as e cuide-as, sem esquecer que mais atenção com elas é igual a mais produção”.

Neste filme, a personagem principal é Lulu Massa (Gian Maria Volonté), um homem de 31 anos que é operário de uma fábrica há 15 anos. Seu desempenho na fábrica, na produção de peças, é tão alto que ele passa a servir como parâmetro para os demais operários, tendo suas atividades cronometradas por técnicos da empresa. O sofrimento de Lulu é percebido através de defesas inconscientes que ele cria a fim de poder suportar aquela rotina maçante que não lhe permitia qualquer tipo de autonomia. Somente após um acidente no trabalho, Lulu se dá conta de como sua função é alienante, e resolve, então, unir-se aos colegas em prol de conquistas para a classe operária. Após participar de movimentos grevistas, que conquistaram a diminuição da produtividade, Lulu retorna ao trabalho.

Na última cena, ele aparece feliz, compartilhando um sonho com os colegas. Neste sonho, havia um muro que guardava o paraíso e, quando o muro veio abaixo, Lulu conta que via apenas uma névoa e que aos poucos, foi enxergando a si mesmo e também aos colegas. Nesse paraíso todos eram alegres. Uma das últimas frases do filme é de um colega de Lulu dizendo: “Quero derrubar imediatamente o muro”! Compreendemos então, que o muro que

aprisionava e separava os operários do paraíso, era o muro da fábrica em que trabalhavam, e somente a sua queda poderia lhes proporcionar a felicidade que ali não encontravam por não haver reconhecimento com o que faziam. Portanto, o sonho de Lulu compartilhado com os colegas em forma de narrativa, tratou-se de uma defesa coletiva criada para possibilitar a continuidade do trabalho naquele espaço.

Quanto a esse movimento de segregação do trabalho, que impossibilita o reconhecimento do trabalhador junto ao objeto por ele produzido, Dejours (1992, p. 19) aponta que “Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários”, ou seja, os torna alienados ao negar a sua capacidade criativa e inventiva, e impossibilita a sua satisfação. Sennett (2010) reconhece a experiência de Taylor como sendo sádica. Diz ele:

(...) a rotina torna-se autodestrutiva, porque os seres humanos perdem o controle sobre seus próprios esforços; falta de controle sobre o tempo de trabalho significa morte espiritual. (...) a rotina industrial ameaça degradar o caráter humano em suas próprias profundezas (SENNETT, 2010, p. 41).

Diante destas condições, nem todas as pessoas aceitaram passivamente ao método taylorista, por isso, nesse período surgiram muitos movimentos contrários a esse intenso investimento nas máquinas. Jerusalinsky (2000) aborda essa questão citando Proudhon (1846), um dos anarquistas daquele século que sugeria que as máquinas fossem eliminadas, “A máquina ou oficina, depois de ter degradado o trabalhador lhe dando um amo, acaba por envilecê-lo, fazendo-lhe descer do nível de artesão para o de peão. (...) Multipliquei as máquinas e aumentarei o trabalho penoso e repulsivo (...)” (2000, p. 38). Com isso, é possível compreender que Proudhon faz uma advertência quanto à anulação e ao anonimato do sujeito diante da máquina, tomada como protagonista da cena. Acerca desta questão, Veronese (2015) escreve que a relação com a máquina também pode ser metafórica, incluindo a área de serviços e fazendo do operário um burocrata. Diz a autora:

O estrito cumprimento da norma pelo oficial/operador da máquina o reduz a um mero repetidor, autômato, a ponto de se confundir com a própria máquina, ante a integral omissão da capacidade de pensar. Essa posição conduz à impessoalidade (ou anonimato) de quem se limita a cumprir tarefas em atividade/postura completamente previsíveis, fundada em normas e regulamentos rígidos, verdadeiros fins em si mesmos (VERONESE, 2015 p. 31).

No decorrer dos anos 1970, emerge uma instabilidade econômica que acarreta em profundas transformações no capitalismo do mundo todo. Por consequência, ocorre o declínio do modelo fordista (GUIRALDELLI, 2014). Surge, então, outra empresa automobilística que

desperta interesse em estudiosos da época por ser mais flexível e produzir de maneira mais diversificada, a General Motors. A hierarquia nesta empresa funcionava de modo que quem estivesse no topo não necessitasse ter contato físico com os trabalhadores da base. Esse método de trabalho segregado, que impossibilitava ao trabalhador qualquer determinação em relação ao produto fabricado, continuava baseando-se no método taylorista em que o tempo era, metricamente, medido (SENNETT, 2010).

Nessa mesma década, o sistema de produção em massa entra em crise e é, então, substituído pelo modelo de produção em tempo certo (*just-in-time*), o modelo japonês Sistema Toyota de Produção que, segundo Alves (2011, p. 51) “(...) tem obsessão pela “absoluta eliminação do desperdício”. (...) O seu objetivo é aumentar a produtividade por meio da eliminação do “desperdício da superprodução” e “(...) busca constituir um novo nexo psicofísico ou a “captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital adequada ao novo modelo produtivo” ” (ALVES, 2011, p. 18). O autor segue este mesmo pensamento apontando que este sistema visa:

(...) a constituição de polioperadores capazes de assumir multitarefas. O trabalhador deve ser capaz de ocupar diferentes postos de trabalho, de intervir em diferentes tipos de materiais, de inserir-se em diferentes segmentos do processo de trabalho etc. Fluidez e flexibilidade se conjugam para exigir uma força de trabalho polivalente, qualificada, operando em equipes, que ligam estreitamente operários, técnicos, administradores etc. (ALVES, 2011, p. 50).

Diante disso, percebemos a presença intensa deste “espírito toyotista” nas organizações da atualidade, visto que há um número cada vez mais enxuto de funcionários e a busca é por trabalhadores com maior iniciativa e pró-atividade. De acordo com Dutra (2012), esse novo método de trabalho busca um funcionário inteiramente disponível à empresa. Ela escreve:

Não basta mais colher o tempo do trabalhador por jornadas extenuantes, exigindo do seu corpo até o limite da exaustão. O novo modelo produtivo quer, além dessa dimensão do trabalho, o comprometimento psicológico dos obreiros, que devem “vestir a camisa da empresa”, trabalhar durante toda a jornada sem “tempos mortos”, num ritmo intenso, comprometer-se com os resultados, fiscalizar a si e aos demais colegas (DUTRA, 2012, p. 264-265)

O modo de produção toyotista se organiza, portanto, a partir do alto aumento da produção dentro do mesmo período de tempo – sem intervalos de descanso, algumas vezes – no qual o trabalhador tem de executar diversas funções e comprometer-se com elas, pois caso não o faça estará correndo o risco de ficar desempregado.

É possível compreender que, durante um longo momento da história, o sofrimento psíquico do trabalhador permaneceu em segundo plano, sem receber muita importância. Apenas em 1968 foi direcionado um olhar mais atencioso sobre a relação saúde mental e trabalho, este momento foi nomeado por Dejours (1992) como a “libertação da palavra”. Neste período surgiram grandes movimentos grevistas, na maioria das vezes comandados por estudantes que traziam como tema “Mudar de Vida”, reconhecendo o trabalho como principal causa de alienação e, por isso, o ano de 1968 é tomado como referência histórica para a longa jornada dos direitos trabalhistas.

A partir desta análise histórica, pudemos acompanhar e compreender mudanças relacionadas à apropriação do tempo e do espaço decorrentes do processo de trabalho, no qual, mesmo após tantas conquistas terem sido alcançadas, o sujeito trabalhador ainda se depara com diversos impasses para a sua realização enquanto atividade prazerosa e satisfatória. Se as gerações passadas enfrentaram dificuldades no sentido de libertar-se das amarras do tempo, que lhes eram impostas de forma autoritária e extremamente burocrática por aqueles que ocupavam a ponta da pirâmide. A dificuldade dos sujeitos da contemporaneidade é, justamente, tornar-se “dono” desse tempo novamente, para, assim, conseguir ser mais do que um mero produtor de objetos e poder pensar e criar de forma livre, conforme nos lembra Laner (2005, p. 29) “Hoje, depois do tempo já ter pertencido à religião e ao patrão, o desafio é proporcionar que o Ser Humano se re-aproprie do tempo”.

1.2 A CULTURA DO TRABALHO NO BRASIL: DA ESCRAVIDÃO AO TRABALHO ASSALARIADO

Quando falamos em história do trabalho, geralmente, reportamo-nos a fatos que ocorreram em outras sociedades como na europeia e/ou na norte-americana, ignorando as questões que vivemos em nosso próprio país. Mas por que encobrimos o mal-estar que sentimos em falar de nossas raízes?

Sudbrack (2010) ressalta a importância de se discutir este tema no contexto brasileiro, dizendo que:

(...) podemos pensar que a sua fundação baseou-se no maior e mais longo sistema escravagista do mundo. A permanência desse corpo excluído aponta para uma sociedade na qual os laços simbólicos negligenciados deixam lugar a uma luta fratricida real (SUDBRACK, 2010, p. 71).

A autora busca referências em Lacan, que se reporta à obra “Totem e Tabu” de Freud, a fim de explicar essa característica excludente de nossa sociedade, onde todos se dizem irmãos, mas, ao mesmo tempo, se fecham em grupos (frequentemente determinados por classes sociais e poder aquisitivo) e rechaçam quem está fora deles.

A fim de podermos compreender o lugar que é dado ao trabalho no Brasil em nossa cultura contemporânea, é necessário que se fale mais deste capítulo triste da história, que é a escravidão e que foi abolida pela Lei Áurea em 1888, ou seja, há apenas 129 anos. O trabalho no Brasil é herança da escravidão, isso é fato. Durante séculos o trabalho aqui, foi “gratuito”, não remunerado. Ou seja, durante esse extenso período de tempo houve milhões de pessoas sendo cruelmente exploradas e excluídas devido a cor de sua pele.

No texto “Formas de escravidão no Brasil”, o historiador Décio Freitas (2010) aborda este assunto do qual muito pouco se fala, diante da enorme influência que ele exerce ainda atualmente sobre a concepção de trabalho. O autor inicia o texto questionando o seu próprio título “Formas de Escravidão”, no plural, e ressalta que o ideal seria o uso do termo no singular “Forma de Escravidão”, já que este foi um único e perverso sistema de poder no qual um homem apossava-se de outro e fazia deste o que bem entendesse. Freitas (2010) descreve a condição escravo como sendo:

O homem transformado em objeto, em móvel suscetível de ser comprado, vendido, hipotecado, emprestado alugado e morto; ou, em outras palavras, uma instituição que os cristãos do Ocidente foram exumar dentro dos escombros do Império Romano, passados onze séculos do desaparecimento dessa forma de dominação do homem pelo homem e, sobretudo, de exploração do trabalho (FREITAS, 2010, p. 83).

O autor lembra o fato de que, ao longo de muitos séculos, os europeus faziam longas viagens para apossar-se de homens e mulheres africanos e transportá-los para outros países, para, então, torná-los escravos. Esse tráfico humano era constante e visto como algo natural, já que os afrodescendentes eram tidos como inferiores aos homens brancos (FREITAS, 2010).

Assim, milhões de indivíduos foram forçadamente afastados de tudo que tinham, abandonados à mercê das senzalas e submetidos a situações desumanas, conforme aponta Sudbrack (2010):

(...) arrancados de suas terras na África – não importava quem fossem lá –, eram desenraizados de suas origens simbólicas, de suas relações parentais, tinham cortadas as redes significantes que, certamente, os marcavam na cadeia das gerações (SUDBRACK, 2010, p. 93)

Quadro completamente diferente do que viviam os europeus que, quando vieram às terras estrangeiras, trouxeram consigo toda a sua bagagem simbólica, podendo falar a sua língua materna, utilizar os seus objetos, apropriar-se de terras e escrever as suas histórias enquanto protagonistas (SUDBRACK, 2010).

Freitas (2010) ressalta que o nosso país foi construído sobre a escravidão e que, por isso, nossa cultura assume, hoje, diante do trabalho, uma posição de desonra e desvalorização que acarreta no ócio. Segundo o autor, diferentemente do que ocorreu em outras sociedades do ocidente – nas quais o trabalho está vinculado ao prazer, ao bem-estar, à riqueza e à satisfação – em muitas regiões do Brasil é a ociosidade quem enobrece o sujeito, pelo fato de que, durante muito tempo na história, o trabalho aqui realizado, foi sinônimo de intenso sofrimento e humilhação. O historiador aponta que a escravidão não assumiu a mesma proporção em todas as Américas:

O Brasil laureou-se como campeão mundial e universal da escravidão. O Brasil foi a maior potência escravagista da história de todos os tempos, inclusive os tempos antigos, porque a escravidão romana, absolutamente, não abarcou uma quantidade tão grande de pessoas ou um território tão grande como o território brasileiro, apesar da magnitude da expansão romana. (...) o Brasil, sozinho, importou pelo menos 40% dos africanos trazidos para as Américas, durante quatro séculos. (...) os EUA importaram apenas 6% dos escravos. (...) Então, o Brasil surge como o país que foi o primeiro na introdução da escravidão negra nas Américas, foi o último país a abolir o tráfico negreiro e o último país a abolir a própria escravidão (FREITAS, 2010, p. 85).

Diante disso, somos levados a refletir acerca da complexidade das questões que decorrem deste tema, imprescindível para a compreensão do lugar simbólico do trabalho em nosso país que, quando se tornou independente, de acordo com Freitas (2010) contava com uma enorme população, da qual mais da metade eram escravos e que vieram a ser libertados definitivamente apenas em 1888 quando, juntamente com o nascimento da abolição da escravatura, nasceu o Brasil como nação.

Sudbrack (2010) em seu texto “A voz do silêncio: Exclusão e Diferença” trabalha a questão do linguajar brasileiro relacionado à utilização de termos, como negro e preto, utilizados para nomear os afrodescendentes. A autora explica o porquê de haver um mal-estar tão grande com o uso desses significantes, mesmo em uma sociedade onde existe um nível tão alto de miscigenação e na qual a discriminação racial é crime. A partir da obra “Luto e Melancolia” de Freud, a autora explica que essa movimentação da população afrodescendente pela extinção destes termos, se trata de uma questão não elaborada de luto que, segundo ela, (...) é uma reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o

lugar de um ente querido, como o país, a liberdade, o ideal de alguém.” (SUDBRACK, 2010, p. 89) e que, por isso, ainda lhes remete a dolorosas memórias do passado escravista, visto que essas expressões eram utilizadas para referir-se a quem fosse escravo, sendo inclusive encontradas em processos judiciais, nos quais era feita a descrição da cor das pessoas envolvidas. Sudbrack escreve:

O significante preto é uma expressão pesada no Brasil, pois concentra os efeitos que o desenraizamento das terras africanas provocou: a perda dos laços simbólicos, que outorgam valor de reconhecimento e filiação inserindo o filho na cadeia de seus antepassados, portanto, perda que teve como consequência o aparecimento de laços de filiação de registro real, que tomam como modelo a captura e sujeição dos corpos e não garantem um valor simbólico, já que o pai que deveria sustentar esse lugar é mudo, não tem voz. Como fazer esse luto? Como dar voz ao pai? (SUDBRACK, 2010, p. 95)

É importante a reflexão que a referida autora nos traz acerca desse “pai mudo”, que não pôde ser reconhecido simbolicamente e que, por isso, retorna no real, fazendo-nos compreender essa recusa ao trabalho braçal que durante muitos anos foi julgado como extremamente inferior e que, por isso, ainda hoje representa um tipo de penalidade para as pessoas.

Atualmente, o debate sobre o assunto retornou e merece um olhar atento, pois, se antes pensávamos que a escravidão se tratava de um fato histórico que ficou para trás, hoje isso já não está mais tão claro. No momento, há uma discussão na qual o atual Governo Federal propõe uma reformulação no Código Penal do conceito de trabalho escravo, em desacordo com a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Trata-se da Portaria 11.29/17, publicada no dia 17 de outubro de 2017, que, no entendimento de muitos, flexibiliza o controle do trabalho análogo à escravidão e se trata de um retrocesso à garantia de proteção e dignidade humana, estabelecidas na Constituição Federal. Em texto publicado na página da internet da Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (APAFISP), os mesmos manifestaram-se contra a decisão do governo e a favor dos Auditores-Fiscais do Trabalho que, após a divulgação da portaria decidiram paralisar as suas atividades. O texto, publicado em 25 de outubro do presente ano, traz, dentre outros pontos, o seguinte:

A norma modifica o conceito de trabalho escravo, restringindo o crime à existência de cárcere privado, e traz novas regras sobre a publicação da “lista suja” dos infratores – que, de acordo com o texto, só poderá ser publicada por determinação expressa do ministro do Trabalho, e não mais pela área técnica. Ao impedir a divulgação da lista suja dos autuados e limitar a caracterização do trabalho escravo à existência do cárcere privado, esse Governo legaliza, na prática, o trabalho escravo e subjuga os direitos humanos. Além disso, a exigência de que toda fiscalização de

trabalho escravo só poderá ser efetuada por AFT acompanhados por policiais afronta a autonomia e autoridade do cargo e a legislação trabalhista, fragilizando ainda mais os trabalhadores expostos a situações exploratórias e desumanas. A expressa permissividade da norma, ao relativizar o compromisso do Estado no combate ao trabalho escravo, sinaliza espúrio apoio ao processo de retirada de direitos que tem se tornado a tônica do Governo: com reforço à terceirização, à reforma trabalhista, à reforma previdenciária e à reforma política. É válido lembrar ainda a impunidade dos autores da Chacina de Unai, quando servidores e Auditores-Fiscais do Trabalho foram assassinados a tiros no dia 28 de janeiro de 2004, em trabalho de investigação de denúncia de escravidão, e por este trágico episódio também manifestamos nossa solidariedade. Por fim, os Auditores-Fiscais da Receita Federal condenam com veemência a regressiva medida e expressam absoluto apoio e solidariedade à paralisação deflagrada pelos Auditores-Fiscais do Trabalho pela imediata revogação desse nefasto retrocesso (APAFISP, 2017).

O que esperar, então, de um Estado perverso como este que, ao invés de oferecer garantias de proteção e amparo ao seu povo, oportuniza o retorno das condições desumanas de trabalho?

Diante deste fato, colocamo-nos a pensar nos tempos sombrios em que vivemos, nos quais as singularidades se esvaziam pouco a pouco, e a herança que nossos antepassados nos deixaram – em forma de conquistas que lhes custaram muito esforço – é friamente ignorada e abandonada junto com outras tantas experiências que perderam seu valor nesta sociedade líquida, que já não quer voltar-se ao que passou; quando conhecer a nossa própria história, com suas lutas, vitórias e derrotas é imprescindível para conhecer a nós mesmos.

Retomando a perspectiva histórica da construção do trabalho no Brasil, pudemos perceber que as dificuldades enfrentadas por quem é de origem afrodescendente, tiveram início há muito tempo atrás, junto com as políticas de imigração. De acordo com Oliveira (2002), ao longo do século XIX chegaram os imigrantes que eram selecionados, principalmente, pela sua cor branca, pois, além de virem para trabalhar, também tinham a função de auxiliar no “branqueamento” do povo que, até então, era composto em sua maioria por negros e índios. O autor aponta que em 1808 foi aprovada uma lei que concedia aos imigrantes a posse de terras para o cultivo, a fim de que eles as colonizassem e, conseqüentemente, povoassem os espaços desocupados, por isso “O imigrante desejado era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse em cidades” (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

O autor mencionado acrescenta que, com a abolição da escravatura houve uma crescente demanda por mão-de-obra, pelo fato de os senhores já não contarem com a antiga vastidão de escravos para trabalhar em suas fazendas, embora muitos deles, agora alforriados, permanecessem em suas funções a fim de poderem sobreviver. Neste período de transição

para o trabalho assalariado, foi alterada também a política de imigração que cedia gratuitamente terras aos imigrantes, que passaram a ter que comprá-las. Diante disso, a força de trabalho braçal, antes realizada por escravos, foi substituída pelo trabalho dos estrangeiros, que encontraram condições bastante difíceis (OLIVEIRA, 2002).

De acordo com Giannotti (2007), os imigrantes¹ vindos ao Brasil, naquela época deixavam seus países de origem por motivos de guerra e miséria, buscando melhores condições de vida em países da América. O autor escreve que os números de estrangeiros no país foram:

Na década de 1890 a 1900, chegaram ao Brasil um milhão de imigrantes, sendo que mais de 90% eram italianos. O grande fluxo de imigração continuou até 1914, quando começou a Primeira Guerra Mundial. Em 1913, foi batido o recorde de imigrantes chegados ao país: 192.683. De 1875 a 1914, chegaram ao Brasil 4,5 milhões de imigrantes: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, sírio-libaneses e, em seguida, japoneses, poloneses e ucranianos (GIANNOTTI, 2007, p. 50-51).

Freitas (2000) aborda um fato curioso em relação à execução do trabalho manual, o qual demonstra que, mesmo depois que fora abolida, a escravidão ainda estava estreitamente ligada ao trabalho pesado e manual. Ele escreve:

(...) um governador da província na metade do século passado, referindo-se aos imigrantes alemães na cidade de São Leopoldo, referia-se a negros alemães. Não que houvesse negros em São Leopoldo, tanto que uma das cláusulas para a imigração de que eles ficavam impedidos de ter escravos. E sim, eles eram chamados de negros, pelo fato de que trabalhavam com as mãos (FREITAS, 2000, p. 86).

Diante disso, podemos perceber que o cenário da imigração foi bastante complexo, visto que um número elevado de estrangeiros passou a integrar-se à cultura brasileira sem, no entanto, abandonar os traços de sua de origem. A partir desse intercâmbio cultural, surgiram novas identidades e novas histórias, criadas por esse misto de peculiaridades que cada grupo étnico trouxe consigo na vinda ao Brasil.

Em fins do século XIX, de acordo com Giannotti (2007), surgiram as primeiras demandas apoiadas por todos os trabalhadores do Brasil, os quais solicitavam melhorias no campo do trabalho. O que eles reivindicavam era o aumento dos seus salários, a redução da

¹ O atual processo migratório no Brasil tem impactado em muitas mudanças no mercado de trabalho, incluindo políticas e regulamentação do trabalho de imigrantes. Segundo Patarra e Fernandes (2011, p. 384) “O Brasil não tem escassez de mão de obra; interessa-se por migração qualificada – aumento das autorizações e trabalho – importante caso dos portugueses. As mudanças são favoráveis à arquitetura de um país de imigração, com especificidades e preferências para movimentos migratórios de países latino-americanos e países africanos (...)”.

jornada de trabalho para 8 horas diárias (o que já estava estabelecido em outros países desde 1º de maio de 1890), e a diminuição dos riscos oferecidos pelo manuseio das máquinas. Neste período, aparentemente, começaram a surgir alguns progressos no país, como a concessão ao voto universal às pessoas alfabetizadas e, juntamente, algumas sugestões de leis que propunham benefícios à classe trabalhadora. Contudo, as leis não entraram em vigor e os trabalhadores não tinham a quem se reportar.

O autor vai além e salienta que, entre os anos de 1900 e 1930, a classe operária do Brasil que, inicialmente, era composta por 85 mil operários, passou a contar com 275 mil trabalhadores da área. Este momento da economia ainda era comandado pela exportação de produtos agrícolas – como o café, que liderava o mercado –, portanto, os líderes do país eram os grandes detentores de terras, os poderosos latifundiários; e as lutas operárias, realizadas em prol de melhorias, eram fortemente reprimidas, inclusive pelas forças militares. Em 1904, foi comemorada pela primeira vez no Brasil, a data de 1º de Maio, Dia do Trabalhador, porém, a jornada diária de trabalho ainda excedia as 8 horas diárias, estipuladas e seguidas pelos outros países. As greves e as manifestações se estenderam por muitos anos, nelas muitos trabalhadores eram presos, agredidos e até assassinados pela busca de seus direitos trabalhistas (GIANNOTTI, 2007).

Conforme Pandolfi (2003), em 1930, com a tomada de Getúlio Vargas ao poder, foram criados os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio além dos Ministérios da Educação e Saúde. Nos anos de 1931 a 1934 o governo promulgou várias leis e decretos a favor dos trabalhadores, que foram os seguintes:

A jornada de trabalho no comércio e na indústria foi fixada em oito horas; o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; adotou-se uma lei de férias; foi instituída a carteira de trabalho e o direito a pensões e aposentadorias. Esse conjunto de leis e decretos culminariam em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (PANDOLFI, 2003, p. 2).

Na análise da autora, o que o governo visava com essa iniciativa era intensificar a presença do Estado nas decisões dos sindicatos, buscando o seu apoio para a sua manutenção no poder. Assim, com o decreto 19.770 de 19 de março de 1931, passou-se a seguir o modelo de sindicato único, que mantinha estreita ligação com Estado e que beneficiava somente os seus membros, por isso, a sindicalização tornou-se quase obrigatória para os trabalhadores (PANDOLFI, 2003). Contudo, embora tenha sido um governo autoritário e centralizador, não se pode negar os avanços possibilitados à classe trabalhadora com as leis e decretos

promulgados durante a Era Vargas. Desde então, vêm-se lutando pela permanência dos direitos sociais, que se demorou tanto para alcançar.

De acordo com Reis (2016), em 1990 o Brasil passou por grandes mudanças em relação à sua economia. Nesse período, o então presidente Fernando Henrique Cardoso realizou ajustes que possibilitaram a entrada do país no mercado internacional, o que implicou em uma necessidade de modificações, como:

(...) ampliação dos processos de reestruturação da produtividade brasileira, com o fechamento de fábricas, a renovação tecnológica, o desenvolvimento da terceirização, da subcontratação, a readaptação de processos produtivos, a diminuição do quantitativo de trabalhadores, etc. Houve uma concentração especialmente na racionalização dos custos, com proeminência para os custos de produtividade do trabalho (REIS, 2016, p. 53).

Nesse contexto marcado pelas alterações das atividades produtivas, passou-se a vislumbrar ainda mais o retorno financeiro e a alta produtividade, o que acarretou na flexibilização do mercado de trabalho, como o vemos hoje, e em importantes perdas sociais trabalhistas.

Atualmente, em meio à crise econômica no país, defrontamo-nos com a proposta da reforma trabalhista que aparece como uma maneira de o governo “impulsionar o desenvolvimento econômico no país”, provocando intenso desconforto e insegurança aos trabalhadores, temerosos pela exposição ao poderoso e impiedoso mercado capitalista. Percebemos assim, um declínio de valores perante o que, de fato, seria imprescindível para o sujeito trabalhador. Isso aparece nas diretrizes do atual governo político, que parece andar no sentido contrário à construção de novos meios de proteção à classe trabalhadora, bem como da sociedade em geral. Com isso, podemos concluir que:

Não são poucos os desafios postos às organizações e processos de lutas e resistências da classe trabalhadora frente à atual conjuntura do país, em especial, aos ataques aos direitos sociais e trabalhistas que acentuam as formas de exploração e a regressão à todos os conservadorismos que ratificam dominações e opressões (DURIGUETTO; DIMIER, 2017, p. 15).

Assim, frente às mudanças que o mercado de trabalho e o Estado impõem, os trabalhadores da atualidade estão tendo que enfrentar muitos obstáculos pela preservação de seus direitos, que vêm sendo conquistados a passos lentos ao longo de muitos anos, e à custa de muito sofrimento. Diante disso, percebemos que as construções do trabalho no passado constituem uma herança importante que atinge as diferentes profissões contemporâneas e que precisa ser estudada para podermos prospectar o nosso futuro.

2 O VALOR SIMBÓLICO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Os tempos atuais são tempos em que é necessário “ter” para poder “ser”. A sociedade capitalista demonstra pouco interesse para com as raízes ou para com a bagagem simbólica do sujeito. Perdeu-se o valor da transmissão da experiência, que antes carregava algo da ordem do singular e na qual o objeto em si permanecia em segundo plano, já que era o trabalhador quem determinava como e quando ele seria feito. Havia, assim, um certo controle sobre aquilo que era produzido e uma demanda para que, então, se pudesse criar. No entanto, aos poucos o sentido dessa produção foi-se modificando e hoje, produz-se antes que haja demanda, com a finalidade de incitá-la na sociedade de consumo.

A respeito do valor do fazer de cada sujeito, Jerusalinsky (2010) discute a mudança em relação ao saber. O autor aborda que:

(...) esse deslocamento que se produz da importância do sujeito como transmissor de um saber, para esse lugar de objeto como detentor de um saber e que, então, obriga o conjunto dos sujeitos, dos indivíduos, a acoplar-se às novas formas de trabalho. (...) Quer dizer, o sujeito vê-se na necessidade e migrar. (...) Para não ficar fora do circuito produtivo e sofrer uma perda de valor de seu trabalho vê-se obrigado a deslocar-se para aquele lugar onde o objeto é produzido tal e como a sociedade industrial o concebe (JERUSALINSKY, 2010, p. 42-43)

Nesse viés, a representação imaginária do sujeito se dá a partir dos bens que ele possui, sendo eles quem ditam os lugares sociais que ele poderá ocupar. Essa dependência coloca o sujeito em um lugar vazio, pobre de experiências, no qual aspirar por coisas simples e sem valor monetário, já não têm sentido.

O presente capítulo apresenta as transformações ocorridas a partir da reestruturação produtiva da nova face capitalismo – com inclinação à alta produtividade, à exibição de resultados, à entrega completa ao trabalho, etc. – que se estende à vida externa ao trabalho e implica em inúmeras mudanças na vida psíquica do sujeito trabalhador, acarretando no embotamento afetivo, no afrouxamento de laços, e em outras formas de mal-estar.

2.1 LIMITES DA LIBERDADE: TRABALHO, IDENTIDADE E PSICANÁLISE

A obra “O Mal-Estar na Civilização” de Freud, nos traz contribuições fundamentais acerca da importância do trabalho na vida do ser humano. Neste texto, ele trabalha o paradoxo que concerne a constituição de uma civilização, uma vez que, para que ela se desenvolva, os

sujeitos têm de renunciar às suas pulsões primitivas, ou seja, sacrificar a sua própria felicidade.

Neste sentido, o psicanalista aponta que a busca pela felicidade dentro do desenvolvimento da cultura – que media e regulamenta os relacionamentos sociais – se apresenta de duas formas: como a anulação do sofrimento e, por outro lado, como a intensa vivência de sentimentos prazerosos. Assim, através desse anseio pela felicidade, que, de um modo mais preciso, está relacionado a estados de satisfação e bem-estar, vemos que a vida dos seres humanos é regida, desde o início, pelo princípio do prazer. No entanto, nossa própria constituição psíquica apresenta maneiras de limitar o prazer, conforme descrito por Freud:

(...) felicidade no sentido mais restrito provém de satisfação (de preferência, repentina), de necessidades representadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz tão-somente um sentimento de contentamento muito tênue. Somos feitos de modo a só podermos derivar o prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas” (FREUD, 1996, p. 84).

Assim, com a impossibilidade da permanência contínua da felicidade, surgem outros sentimentos como o desprazer, a insatisfação, a infelicidade; derivações do sofrimento. Conforme Freud há três modos a partir dos quais o sofrimento se apresenta na vida do homem, são eles: a degradação do nosso próprio corpo, no qual o sofrimento se expressa através de sintomas e outros sinais; as intemperes da natureza, diante das quais a força humana se vê insuficiente; e os relacionamentos entre os pares, inevitável, pois o convívio com os outros homens é necessário para o sujeito. O autor aponta, ainda que, o que é exterior ao homem exerce grande influência sobre as suas aspirações de felicidade, de modo que o próprio princípio do prazer sofre essas transformações em seu âmago, sendo, assim, reduzido a um simples princípio de realidade, no qual a conquista do prazer assume uma segunda posição, estando atrás da fuga ao sofrimento (FREUD, 1996). Ou seja, ao invés de vislumbrarmos a felicidade em sua pura essência, preocupamo-nos, primeiro, em escapar ao sofrimento e à infelicidade.

Sobre a civilização, nesta mesma obra Freud a aborda como um processo que barra e reprime as pulsões primitivas dos seres humanos, e as conduz a outros meios de satisfação, aceitos culturalmente, através da sublimação – caracterizada como o processo através do qual o ser humano direciona de forma dessexualizada sua energia de pulsão sexual (libido) para outras áreas do campo social que não tenham relação aparente com a sexualidade, dentre elas, o trabalho. A sublimação das pulsões, segundo o autor, permite que encontremos formas de

produzir satisfação e de afastar o sofrimento provindo da frustração com a impossibilidade da realização de certos impulsos libidinais. Freud escreve que:

(...) por exemplo, a alegria do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias, ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui uma qualidade especial (...) Atualmente, apenas de forma figurada podemos dizer que tais satisfações aparecem “mais refinadas e mais altas”. Contudo, sua intensidade se revela muito tênue quando comparada com a que se origina da satisfação de impulsos instintivos grosseiros e primários; ela não convulsiona o nosso ser físico. (...) o ponto fraco desse método reside em não ser geralmente aplicável, de uma vez que só é acessível a poucas pessoas. Pressupõe a posse de dotes e disposições especiais que, para qualquer fim prático, estão longe de serem comuns” (FREUD, 1996, p. 87).

Nesses termos, percebe-se a importância deste recurso de deslocamento da libido, que é a sublimação, e reconhece-se que, infelizmente, o seu acesso é muito restrito no cenário atual em que se organiza o trabalho, devido à falta de liberdade dada aos trabalhadores no processo automatizado de produção.

A autonomia dada ao trabalhador, como ocorre com os artesãos, por exemplo, torna a tarefa um processo criativo no qual ele possa se implicar efetivamente e direcionar seus impulsos para criações que estejam ligadas ao desejo e ao prazer, o que faz com que o trabalho se torne bom e prazeroso. No entanto, a impossibilidade de criação, presente em inúmeras outras formas de trabalho demasiadamente objetivas e técnicas, limita o acesso aos recursos simbólicos e ocasiona no descontentamento do trabalhador, que se vê destinado a ocupar o lugar de mero expectador da cena que ele mesmo vive. Nesse contexto, Veronese (2015) acrescenta:

A extrema hierarquização e fragmentação das tarefas/responsabilidades dificulta a implicação no trabalho, a comunicação entre pares, superiores e usuários do serviço, produzindo anonimato, alienação, uniformização dos modos de pensar e agir, independentemente do contexto em questão (VERONESE, 2015, p. 25).

Contudo, quando se trata do trabalho satisfatório, no qual o sujeito encontra o protagonismo necessário ao reconhecimento frente à tarefa que executa, identifica-se o trabalho como criativo e satisfatório. Em relação a esse modelo de trabalho, mais presente nas culturas tradicionais e quase raro na contemporaneidade, Albornoz (1994) desataca que:

O trabalho tem um significado intrínseco. As razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas consequências. A satisfação do trabalho não decorre da renda, nem da salvação, sequer do *status* ou do poder sobre outras pessoas, mas do processo técnico inerente (ALBORNOZ, 1994, p. 59).

Diante disso, Freud (1996) afirma que o trabalho – como uma das formas de “desvio” para as pulsões primitivas – se torna imprescindível e constituinte na vida do ser humano, proporcionando-lhe satisfação e prazer, desde que seja livremente escolhido e que ofereça ao sujeito possibilidades de produzir de forma criativa. Esta satisfação, no pensamento de Dejours (2007), estaria articulada ao conceito de Desejo estudado pela Psicanálise, o qual se trata de uma tentativa (frustrada) de reviver experiências prazerosas da infância, e que está presente tanto no comportamento, como nos sonhos, sintomas e fantasias; buscando um meio para sua realização, ainda que alucinatória. Dejours (2007, p. 40) destaca que “(...) o Desejo está precisamente situado entre a Necessidade (no sentido fisiológico do termo) e a Demanda (no sentido da demanda de amor) para que *se compreenda que se atacando o Desejo, se ameaça o regulador natural do equilíbrio psíquico e somático*”. Diante disso, podemos compreender que há uma linha tênue entre corpo e psique e que, quando a realidade do trabalhador está muito distante do que vislumbra seu desejo, ocorre o padecimento, tanto na esfera psíquica quanto na dimensão do corpo.

Desta forma, é possível pensar o trabalho como central e de extrema importância na constituição da cultura e no processo civilizatório, já que para viver em comunidade foi necessário sublimar desejos pulsionais, por vezes eróticos, narcísicos ou agressivos que, se fossem efetivados, problematizariam a convivência com outros membros do laço social. Assim, quando direcionados ao trabalho, estes impulsos transformam-se em atividades criativas e muito construtivas, que possibilitam o aparecimento dos desejos da ordem da subjetividade do sujeito. Neste sentido, o trabalho enquanto livre e satisfatório, serve como via de expressão para os conteúdos emocionais do sujeito e está ligado à sua organização psíquica.

2.2 A CONTEMPORÂNEA IDEALIZAÇÃO DO OBJETO: QUANTO VALE O SUJEITO?

O sujeito contemporâneo depara-se com uma realidade singularmente diferente de todas as outras épocas que antecederam a atual. Vive-se hoje, em um meio no qual os laços sociais foram afrouxados e, por isso, são fragilizados. Ignoram-se tradições e rituais que possibilitem a transmissão entre gerações. A busca pelo gozo se faz constante. Os desejos se reinventam continuamente. E, segundo Jerusalinsky (2000), isso advém da mudança de lugar do objeto em relação ao sujeito, produzida pelo discurso social de nossa época.

Para Sennett (2010, p. 27) “(...) o capitalismo de curto prazo corrói o caráter (...), sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a

cada um deles um senso de identidade sustentável”. O autor nos coloca questões acerca deste novo modelo de sociedade em que vivemos, na qual planos a longo prazo estão praticamente extintos, tendo seus lugares cedidos às experiências imediatas, à fácil aquisição de bens, à individualidade, à flexibilidade.

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta por episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego (SENNETT, 2010, p. 27).

A cultura atual não vislumbra relações duradouras e de longo prazo. O discurso pós-moderno é voltado àquilo que é fugaz, passageiro, flexível; sem buscar referências no que já foi vivenciado e experienciado. Assim, desgarrados, os sujeitos se movem em seus lugares nesta sociedade instável, na qual a incerteza do futuro e o desapego com o passado são aspectos extremamente presentes. Veronese (2015) escreve que:

Distintamente das culturas tradicionais, nas quais o trabalhador não era produto, mas vendia produtos, a cultura ocidental moderna estabelece relações de curto prazo. Narrativas de longo prazo, baseadas no princípio da fidelidade, como as relações de trabalho orientadas pelo “até que a aposentadoria nos separe” ou por “casamentos até que a morte os separe” são questionadas, em prol de maior liberdade e felicidade. (...) O fascínio pelas novidades lança os homens deste tempo a uma condição de recursos, à mercê de serem supérfluos e, portanto, descartáveis (VERONESE, 2015, p. 41)

O cenário social contemporâneo, segundo Tavares (2010, p. 27-28) “(...) nos proporciona um verdadeiro banquete de possibilidades infinitas, onde desfrutar da maior gama de possibilidades tornou-se um atributo estimulado e, por que não dizer, produzido em nossos dias”. Diante disso, é também singular o mal-estar produzido por esse palco do efêmero e do espetacular. Tavares acrescenta que “Nessa perspectiva, a Pós-Modernidade oferta aos indivíduos uma liberdade aparente à custa de um sentimento de insegurança generalizada, e dessa forma os mal-estares pós-modernos vão se caracterizando pela liberdade fluida, e não pela opressão e repressão de outrora” (2010, p. 30). Se antes, a procura era por um emprego no qual se fosse trabalhar por toda a vida, hoje essa ideia já não é tão evidente. O conceito de mal-estar aqui abordado, é aquele trabalhado por Freud (1996) em sua obra “O Mal-Estar na Civilização”, já citada anteriormente, na qual o autor assinala que as demandas sociais impossibilitam o alcance da felicidade almejada através da satisfação dos prazeres individuais dos sujeitos. O trabalho, enquanto mediador social encontra-se inserido neste

contexto, já que o ser humano tem de renunciar a suas pulsões a fim de poder ocupar um lugar na sociedade, ainda que isso implique em um eterno conflito para si próprio. Mas que lugar é esse ao qual o sujeito contemporâneo é convocado a ocupar?

A sociedade contemporânea, regida pelo capitalismo por meio da produção frenética de bens e do consumismo exacerbado, convoca o sujeito a ocupar um lugar de status na sociedade através de símbolos determinados, necessários para alcançar o reconhecimento demandado pelo social. Nesse viés, Jerusalinsky (2000), em seu texto “Papai não trabalha mais”, aborda a questão da positivação do objeto, própria da atualidade, que marca a cisão entre o sujeito e o seu próprio saber, sendo este transferido do trabalhador ao objeto. O psicanalista inicia o texto trazendo uma interessante história para ilustrar essa realidade contemporânea. Trata-se de um evento ocorrido no início do século XV em Praga (República Tcheca), na qual havia um relojoeiro chamado Nicolas Kadaň que, durante vinte anos, dedicou-se a construir um relógio para a cidade. Este relógio, fixado na torre de Alcaidía, possuía diversas funções que envolviam os saberes da religião, da magia, da astronomia e da cronologia. Ao findar a construção do mesmo, ele foi instalado na torre e houve, então, uma grande comemoração. O prefeito da cidade, com o intuito de evitar que o relojoeiro construísse outro relógio igual para outras cidades, ordenou que lhe fossem furados os olhos, e a ordem foi prontamente cumprida. Kadaň, que havia dedicado praticamente sua vida toda à construção daquela máquina, foi cegado e privado de seu saber, que passou a ser representado pelo objeto construído.

Jerusalinsky (2000) acrescenta que, diferentemente do que acontece no complexo de Édipo – em que Édipo fura seus próprios olhos a fim de apagar em si o semblante do objeto materno de desejo incestuoso, tornando-o, assim, um objeto negativo e possibilitando a entrada da lei de interdição do incesto –, no caso de Kadaň ele fora cegado passivamente, tendo também apagados os traços imaginários que possuía acerca do seu saber pela construção do relógio. Desta forma, ao invés de o objeto se negativizar, ele passa a ocupar uma posição de positivação que, hoje, é representada pela produção.

Diante disso, podemos observar que a posição discursiva da sociedade capitalista em que vivemos, segue um percurso semelhante no qual há uma crescente produção de mercadorias amarradas ao saber, tornando o sujeito apenas uma ferramenta para a consolidação destes objetos, e deixando-o cego diante do lugar em que é situada a sua autonomia, criatividade e conhecimento. Neste sentido, Sennett escreve:

As superficialidades da sociedade moderna são mais degradantes que as superfícies e máscaras da arte. (...) A seta do tempo se partiu; não tem trajetória numa economia política continuamente replanejada, que detesta a rotina, e de curto prazo (SENNETT, 2010, p. 117).

A insaciabilidade dos indivíduos que trabalham para poder consumir é a própria finalidade do cenário social atual, que afasta cada vez mais a possibilidade de o sujeito conseguir discernir seus desejos das necessidades incitadas pelo discurso capitalista. Nessa perspectiva, em virtude da velocidade dos fatos e da vastidão de oportunidades que se apresentam aos nossos olhos, traços como a imprecisão e o desapego temporal, a descontinuidade com o passado e o desejo incessante de liberdade plena, são característicos da cultura em que vivemos.

De acordo com Castells (1999), vivemos o pós-fordismo, no qual a produção em massa foi substituída pela produção flexível. O atual mercado de trabalho, nessa revolta contra a rotina, responde – diga-se de forma enganosa – a esse ideal propondo uma maior autonomia, adaptação e poder aos trabalhadores nas instituições através da flexibilidade. Porém, conforme Sennett (2010), essa nova linguagem, que sugere o fim da rotina burocrática, esconde em suas entrelinhas formas de dobrar as pessoas a fim de fazer com que alcancem metas favoráveis às instituições.

Neste sentido, para responder às demandas do mercado, Dejours (2007 apud LINHART, 1976, p. 27) aponta que “O trabalhador é, de certa maneira, despossuído de seu corpo físico e nervoso, domesticado e forçado a agir conforme a vontade do outro”, o que supõe que a posição do sujeito, frente ao que lhe é imposto, esteja na ordem da alienação e que também não haja reconhecimento junto ao objeto que ele produz. Percebemos, assim, um distanciamento entre sujeito e objeto, implicados na repetitiva e incalculável produção dos mesmos itens, que provoca um interessante paradoxo, conforme aponta Jerusalinsky (2010):

Sabemos que, curiosamente, essa multiplicação do objeto teve um efeito paradoxal: o objeto parece carecer de valor. Passa a precipitar-se seu valor, mas, o curioso é que, para que ele venha a perder esse valor de fazer falta, ele tem que passar a ser possuído em número maiúsculo, pelo sujeito em questão. (...) Ele pode ser perdido a toda hora porque é igual, porque outro se compra. Para isso tem um sistema. Mas tem um sistema que garante esse lugar onde se produz essa pequena fonte de saber, estes pequenos objetos que são fontes de saber e organizam toda a nossa vida, um sistema que garante que eles se produzam e se reproduzam incessantemente (JERUSALINSKY, 2000, p. 40).

Nessa forma de organização fragmentada e descontínua, que propõe o enfoque ao objeto, enquanto o sujeito trabalhador permanece em segundo plano, flexibiliza-se o seu

caráter, visto que ele tem de adaptar-se incessantemente ao que lhe é exigido, sendo forçado a seguir as “regras do jogo” ou então, a enfrentar as duras consequências de quem se opõe a elas. Seguindo este pensamento, Veronese (2015) escreve que:

A conjuntura impõe a adaptação ao imperativo à economia especulativa, ao jogo competitivo e à destruição dos direitos sociais conquistados. É assim que demitir é mais vantajoso que empregar e produzir, que o homem se torna supérfluo, ou seja, somente é útil viver se for lucrativo ao lucro (VERONESE, 2015, p. 20-21)

Nesse contexto, que se apresenta como realidade contemporânea, não é difícil imaginar o que acontece aos trabalhadores que resistem a esse método difuso em um grande número de instituições: o fantasma do desemprego, que está à porta aguardando um posicionamento contrário a essa imposição impiedosa de quem ocupa o poder, entra avassaladoramente e, junto com o medo da desocupação, faz morada no ser do sujeito. Frente a esse receio de não participar da geração de lucros, o trabalhador vem buscando, cada vez mais, responder às exigências da instituição, ainda que isso implique em desgaste físico e psíquico.

Atualmente, o desemprego tem tomado proporções alarmantes e tem assombrado quem está fora do mercado de trabalho da mesma forma como quem está inserido nele. Isso ocorre justamente pelas características que definem os tempos pós-modernos, que Sennett (2010) define como: organizações flexíveis, trabalhos temporários, sujeitos facilmente maleáveis e sempre dispostos a correr riscos.

Segundo estudos de Castells (1999), o desenvolvimento e a alta adesão à tecnologia têm trazido para a cena, novamente, o medo dos trabalhadores de perderem seus lugares para as máquinas e de se tornarem inúteis para o mercado de trabalho. O autor aponta dados importantes no contexto mundial acerca do tema, ressaltando que os níveis de aumento do desemprego não possuem uma causa única, à medida que as instituições variam entre si e “(...) os efeitos dos níveis tecnológicos não seguem um padrão constante” (CASTELLS, 1999, p. 276). Neste sentido, ele escreve:

(...) nossas sociedades terão de escolher entre o desemprego maciço com seu corolário, a profunda divisão da sociedade entre os trabalhadores empregados e os desempregados/trabalhadores ocasionais ou, então, uma redefinição do trabalho e do mercado de trabalho, abrindo caminho para a reestruturação completa da organização social e dos valores culturais (CASTELLS, 1999, p. 276)

O autor acrescenta que, assim como o trabalho no meio rural foi drasticamente diminuído pela automatização dos serviços, o mesmo poderá ocorrer com os empregos nas fábricas, pois nestas a movimentação no sentido da utilização das máquinas vem crescendo dia, após dia. Contudo, segundo ele, não se pode afirmar que em um âmbito geral, o desenvolvimento tecnológico seja causa exclusiva para o aumento do desemprego no mundo. Desta forma, o autor aborda que:

Empregos estão sendo extintos e novos empregos estão sendo criados, mas a relação quantitativa entre as perdas e os ganhos varia entre empresas, indústrias, setores, regiões e países em função da competitividade, estratégias empresariais, políticas governamentais, ambientes institucionais e posição relativa na economia global. O resultado específico da interação entre a tecnologia da informação e o emprego depende amplamente de fatores macroeconômicos, estratégias econômicas e contextos sociopolíticos (CASTELLS, 1999, p. 284)

Ele segue o texto escrevendo que o nível de emprego, assim como de desemprego, dependerá de fatores que cabe à sociedade discutir, como, por exemplo, a “utilização de tecnologias, política de imigração, evolução da família, distribuição institucional do tempo de serviço no ciclo vital e novo sistema de relações industriais” (CASTELLS, 1999, p. 284), indicando, assim, que embora o avanço tecnológico em si não seja a causa da pouca oferta de empregos, a sua utilização acaba por demandar menos tempo de trabalho humano e, conseqüentemente, modifica os tipos de trabalho, bem como a sua organização. Diante disso, ele continua:

(...) um novo sistema produtivo requer uma nova força de trabalho e os indivíduos e grupos incapazes de adquirir conhecimentos informacionais poderiam ser excluídos do trabalho ou rebaixados. Por fim, a flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, induzida pela empresa em rede e propiciada pelas tecnologias da informação, afeta profundamente as relações sociais da produção herdadas do industrialismo, introduzindo um novo modelo de trabalho flexível e um novo tipo de trabalhador: o trabalhador da jornada flexível (CASTELLS, 1999, p. 284-285).

Neste sentido, conforme já visto anteriormente, o trabalhador da jornada² flexível é aquele que assume horários bastante distintos para o cumprimento de suas funções. Além da mudança em relação à integralidade do tempo de serviço, neste novo modelo também estão

² A atual Reforma Trabalhista aprovada no presente ano, através da Lei 13.467, trouxe muitas mudanças ao cenário de trabalho. Uma delas foi a alteração da jornada de trabalho, a qual possibilita que as empresas contratem trabalhadores que permaneçam em atividade por até 12 horas diárias, com parada obrigatória nas seguintes 36 horas. A reforma altera, portanto, o tempo máximo de 8 horas diárias de jornada de trabalho, definido pela CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) (Brasil, 2017).

sendo abandonados projetos a longo prazo em relação à carreira, o que deixa o trabalhador numa condição de vulnerabilidade e insegurança.

No texto “Andarilhos, Mendigos e Loucos”, Corso (2000) escreve sobre o estranhamento³ e o preconceito que ocorre em relação àqueles que são vistos como “desocupados” por não estarem inseridos no mundo laboral e por não se importarem com a sociedade de consumo, assim como ela não se importa com eles. O sistema que rege o nosso tempo, se organiza em volta dos objetos e quem não pode ou não quer possuí-los, é excluído e marginalizado por ele. O autor ressalta que “A maneira como o mundo se organiza, suas regras, sua hierarquia, só são suportáveis na medida em que não pensarmos muito sobre elas” (2000, p. 75), de modo que, se analisarmos o contexto em que estamos inseridos, conseguimos perceber facilmente quão insensato ele próprio é e também nos faz ser.

Se pensamos nos andarilhos e nos outros tantos errantes que ocupam as margens do cenário social, enxergamos a sua negação, por escolha ou falta de acesso, àquilo que nós, engessados pelo sistema capitalista, consideramos essencial à felicidade. É um modelo que exige que nos satisfaçamos o tempo todo, que supõe que nossa vida tenha que ser organizada de acordo com o que o social considera como “melhor”, transmitindo a ideia de que só alcançará a realização quem for, financeiramente, bem-sucedido. Diante disso, Corso escreve:

(...) que alguém resolva dizer que não quer mais continuar o jogo, pois não concorda com as regras, não parece tão estranho. Cá entre nós, a sociedade de consumo é um pesadelo, sempre estamos em falta, não importa os quão ricos sejamos. No modelo em que estamos somos todos pobres, porque nunca vamos alcançar o número de bens ideais. Eu não acho estranho que alguém tome esse caminho, estranho sim é que mais pessoas não façam o mesmo (CORSO, 2000, p. 75).

Nessa conjuntura, cabe a reflexão: quem, afinal, são os loucos de nossa sociedade? Aqueles que vivem de acordo com as “regras”, escravizando-se para responder às demandas do sistema capitalista? Ou aqueles que conseguem dizer “não” e viver de acordo com o que acreditam ter mais valor?

³ *Das Unheimlich*, o estranho-familiar, conceito trabalhado por Freud (1919) em seu texto “O Estranho”. O autor entende que o estranho não é propriamente desconhecido, mas sim algo familiar que foi recalado. Segundo, Quinet (2009, pág. 9), “Trata-se do objeto a, que deveria ficar atrás da porta e que, de repente, manifesta sua presença”.

2.3 O SISTEMA ESTÁ FORA DO AR: ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO TRABALHO

Na contemporaneidade vivemos transformações tanto do espaço quanto do tempo – conceitos que se vêm modificando devido ao grande desenvolvimento da tecnologia e aos processos sociais decorrentes disso. Muitas vezes, temos a impressão de que o tempo está passando cada vez mais depressa e de que já não conseguimos dar conta de tudo que nos é demandado.

O espaço virtual nos possibilita infinitas informações em um curtíssimo intervalo de tempo. Dedicamos horas a esse mundo que nos permite ter acesso até às coisas mais bizarras que possamos imaginar. Esse mundo que é só nosso, pois, ao mesmo tempo em que nos possibilita a troca instantânea de informações com o mundo todo e nos leva a lugares longínquos com apenas simples movimentos de dedos; afasta-nos do espaço e das pessoas da “vida real”. Assim, momentos fora desse espaço virtual parecem carecer de valor simbólico, visto que só adquire reconhecimento o que é compartilhado em rede. Cabe a nós a reflexão: saberíamos viver fora deste mundo de belas imagens? Ou somos todos peixes fogados por esta rede?

No âmbito do trabalho, segundo Jerusalinsky, sentimo-nos impossibilitados quando, por um motivo ou outro, perdemos a conexão online e tudo que podemos dizer é “O sistema está fora do ar” (2010, p. 38). O que somos nós, então, diante deste poderoso sistema que limita nossas ações e relações?

Castells (1999) em sua obra “A Sociedade em Rede”, trabalha a estreita relação existente entre o tempo e o espaço, enfatizando as questões que decorrem deste novo lugar que vem sendo construído devido ao desenvolvimento tecnológico. Ele escreve que:

Espaço é a expressão da sociedade. Uma vez que nossas sociedades estão passando por transformações estruturais, é razoável sugerir que atualmente estão surgindo novas formas e processos espaciais. (...) os processos espaciais exercem influência no espaço, atuando no ambiente construído, herdado das estruturas socioespaciais anteriores. Na verdade, *espaço é tempo cristalizado* (CASTELLS, 1999, p. 435).

O autor afirma que nossa sociedade está estruturada à volta de fluxos que seriam “os fluxos de capital, fluxos de informação fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos” (CASTELLS, 1999, p. 436), estes fluxos, segundo ele, não seriam apenas a um elemento de nossa sociedade, mas sim, àquilo que governa nossa vida no âmbito político, simbólico e econômico. Assim, o autor conceitua

espaço de fluxos como sendo “a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” Castells (1999, p. 436) e escreve que o novo espaço organizacional é caracterizado pela prática da segregação física das empresas e, ao mesmo tempo pela reintegração tecnológica – através da comunicação via online do processo produtivo. O autor complementa que:

A infraestrutura tecnológica que constrói a rede define o novo espaço como as ferrovias definiam as “regiões econômicas” e os “mercados nacionais” na economia industrial; ou as regras institucionais da cidadania específicas das fronteiras (e seus exércitos tecnologicamente avançados) definiam as “cidades” nas origens mercantis do capitalismo e da democracia. Essa infraestrutura tecnológica é a expressão da rede de fluxos, cuja arquitetura e conteúdo são determinados pelas diferentes formas de poder existentes em nosso mundo. (...) O espaço de fluxos não é desprovido de lugar, embora sua estrutura lógica o seja. Está localizado em uma rede eletrônica, mas essa rede conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem-definidas. (CASTELLS, 1999, p. 437).

As novas modalidades de desenvolvimento das organizações, segundo Merlo (2000) estão fundamentadas em inovações que visam a descentralização e a expansão do comércio ao mercado internacional, valorizando o trabalho temporário, a profissionalização da mão-de-obra e tendo como paradigma para a organização da produção, a flexibilidade. Estudos realizados por Sennett (2010) apontam que, por trás do que se apresenta como um mercado moderno e flexível existe um forte e poderoso sistema no qual regem três formas do que conhecemos por flexibilidade: reinvenção descontínua das instituições; especialização flexível de produção; e concentração de poder sem centralização. O autor chamou de “reinvenção descontínua das instituições” à mudança flexível que, hoje, tenciona refazer decisivamente as instituições de modo que haja uma interrupção destas com o passado, impossibilitando a transmissão do conhecimento. Essa reinvenção propõe que, com um sistema fragmentado e replanejado – como são as multinacionais – a saída de uma parte não comprometa a outra, assim, trabalhadores ineficazes que não correspondem ao ideal proposto pela instituição, são rapidamente removidos e o restante da “colmeia” não é afetada.

Na mesma linha argumentativa, ainda podemos destacar o que Sennett (2010) aponta como sendo outra característica da flexibilidade do atual mercado, o autor a nomeia como “especialização flexível de produção”, ela é oposta ao sistema de produção introduzido no fordismo. A especialização flexível propõe um maior e mais variado número de produtos no mercado, e cresce cada vez mais graças às tecnologias que possibilitam a comunicação imediata entre as mais diversas partes do mundo. Desta forma, as mudanças internas da instituição são realizadas de acordo com o que mercado externo demanda.

Por fim, o autor descreve também a “concentração sem centralização” como uma forma de flexibilidade, a qual propõe que sejam dados, aos trabalhadores da base da pirâmide, uma maior autonomia e poder sobre as suas atividades. No entanto, trata-se de uma proposta falsa, já que o controle é estabelecido indiretamente através de metas dificilmente alcançáveis estando atreladas a uma forte pressão para o seu atingimento vinda de pessoas que ocupam os mais altos cargos na instituição. Acerca disso, Sennett (2010, p. 54) afirma que “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam”.

As organizações flexíveis da contemporaneidade possibilitam aos funcionários o trabalho em horários bastante distintos, o que o torna, muitas vezes, mais individualizado. Existe em algumas empresas ainda, a possibilidade de trabalhar em casa, o que se tornou possível devido ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação, que viabilizam a troca de informações via rede, instantaneamente. Contudo, essa oportunidade é concedida a poucos, já que surge por parte dos gestores, um certo receio de os funcionários abusarem desta liberdade e não corresponderem ao serviço proposto. Assim, foram criadas muitas maneiras de controlar as atividades dos funcionários que não estiverem fisicamente presentes no ambiente de trabalho, fazendo com que a supervisão sobre eles se torne, muitas vezes, mais intensa do que sobre os que estão dentro das organizações (SENNETT, 2010). Esse novo método de trabalho, segundo Veronese, faz com que os limites entre o que é da ordem do particular e o que da ordem do público, sejam afrouxados. A autora salienta que “A intimidade passa ser invadida pelas exigências do trabalho” (2015, p. 41), e acrescenta que a partir dessa disponibilidade integral ao trabalho cria-se um novo molde de trabalhador ideal, que “(...) é uma máquina quase autônoma, idealizada no protótipo do computador de última geração” (2015, p. 42).

Neste sentido, Castells (1999) aponta para a fragmentação e suplantação do tempo como uma das novas formas organizacionais da sociedade em rede, o que implica em uma inusitada mudança dentro do contexto histórico, visto que os computadores possibilitam trocas de informações instantâneas e em alta velocidade. Contudo, essas características dão ao tempo também uma ideia de efêmero, quando associado ao capitalismo flexível e ao modo de organização da sociedade em rede. O autor ainda ressalta que “A mão-de-obra está desagregada em seu desempenho, fragmentada em sua organização, diversificada em sua existência, dividida em sua ação coletiva. (...) o capital é coordenado globalmente, o trabalho é individualizado” (CASTELLS, 1999, p. 503).

O individualismo é uma característica fortemente presente nas instituições contemporâneas, “cada um por si” é a ordem atual e, como resultado, o sistema capitalista sai ileso, pelo fato de cada trabalhador ter que se comprometer com o seu desempenho e arcar com as consequências, caso ele não esteja de acordo com o esperado pelos patrões. Diante desse jogo manipulatório, Dutra (2012) escreve que:

(...) a exacerbação do individualismo faz com que cada um se torne responsável pelo seu sucesso ou seu fracasso, que será mera consequência dos esforços empreendidos. Assim, a remuneração por produção, o envolvimento e a disposição absoluta para o capital como condição para promoções e para garantia do emprego revelam que cada um, e não a voracidade do sistema capitalista é responsável por sua graça e por sua desgraça. Vencedores e perdedores se separam inclusive na (im) possibilidade de desenvolvimento de vínculo de solidariedade, a partir das suas qualidades e empenhos individuais. O que prevalece, nessa lógica, é a competitividade e o individualismo (DUTRA, 2012, p. 264)

O discurso contemporâneo, ao reverenciar unicamente o desempenho e a competência dentro do processo produtivo, e ignorar os limites e dificuldades subjetivas dos trabalhadores, impossibilita a vinculação entre trabalho e prazer e diminui a sua enorme importância na construção identitária dos sujeitos.

Assim, compreendemos que captura da subjetividade pelo capital, que submete o sujeito à condição de objeto para o alcance de uma produção cada vez maior – invadindo seu tempo e espaço de lazer, colocando barreiras entre o estabelecimento de relações e vínculos no trabalho, vigiando excessivamente o seu desempenho e impossibilitando a idealização de projetos a longo prazo –, acarreta no padecimento psíquico do trabalhador que, por conta do medo do desemprego, mantém-se amarrado a essas condições “assujeitantes”, que afastam, cada vez mais, a ideia de trabalho enquanto atividade livre e satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da escrita deste trabalho, surgiram questões importantes acerca do modo de pensar a cultura atual, submersa em um discurso que menospreza as experiências singulares e glorifica tudo que possui alto valor monetário. O modelo de vida líquida no qual estamos inseridos propõe um afrouxamento dos laços que nos ligam ao processo histórico que nos constitui, ou seja, um apagamento diante daquilo que nos é mais raro: a nossa subjetividade.

Ao longo do percurso da construção deste trabalho, apareceram interrogações sobre como fugir às barreiras da sociedade capitalista em que vivemos, que escancara a sua perversidade ao apossar-se do outro e manipulá-lo à sua maneira, inscrevendo nele a necessidade de pertencer a um determinado lugar social pelo simples fato da obtenção de *status* diante dos demais. O trabalho, nesse contexto, viabiliza, ou não, a ascensão a esse lugar, demandando uma disposição física e psíquica do sujeito trabalhador.

Esse estudo possibilitou observar que a lógica capitalista vai em desencontro com o desejo do sujeito, visto que nela predomina o modo impositivo de gestar, que pensa o trabalhador enquanto mero corpo orgânico que requer *apenas* “manutenção”, seja por meio da motivação oferecida através de prêmios ou de aumentos salariais, ou mesmo, de discursos que visem “expulsar” o sofrimento e a angústia, presentes nos sujeitos por questões singulares. Essa lógica não reconhece o trabalhador enquanto sujeito de desejo e de anseios que perpassam o biológico, o que faz com que o trabalhador tenha de reprimi-los para poder encaixar-se nos moldes da instituição e suportar a permanência no trabalho.

A organização contemporânea vai em contramão àquela de tempos anteriores à máquina, nos quais havia um sentido na ação executada pelo trabalhador, dado que experiências se produziam a partir da construção de algo pois o trabalho estava inserido em outra lógica, a qual considerava o tempo e o saber do *sujeito* e não do objeto, e, por isso, o trabalhador podia sentir-se parte de sua criação. Hoje, restam poucas profissões, ou cargos – principalmente no que concerne à base da hierarquia – que permitam ao trabalhador o reconhecimento junto à sua obra possibilitando-lhe satisfação naquilo que faz.

Finalmente, concluo este trabalho reconhecendo-o como uma experiência muito significativa, minha obra, que não considero encerrada pois, penso que há ainda muito a ser investigado neste campo onde todos nós estivemos, estamos ou estaremos inseridos: o trabalho. Nesse sentido, há um longo percurso a ser seguido para que as instituições contemporâneas compreendam a relevância do cuidado para com a saúde psíquica do

trabalhador, e percebam os movimentos que podem surgir a partir de um espaço de fala e de escuta aos sujeitos, podendo transpor as amarras do funcionamento técnico e burocrático e oportunizar a produção criativa, na qual possa haver uma articulação entre obra e criador.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é o trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, 102 p.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=PPpIxpkdYkC&oi=fnd&pg=PA8&dq=toyotismo+conceito&ots=O3qVIPnPWw&sig=L6GFUYSWpSAhBMKyg4O7mxj0OZ4#v=onepage&q=toyotismo%20conceito&f=false>> Acesso em: 28 Out. 2017.

APAFISP (Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil). **Plenário do Conaf aprova moção contra portaria que modifica conceito de trabalho escravo**. Disponível em: <<http://apafisp.org.br/2017/10/plenario-do-conaf-aprova-mocao-contra-portaria-que-modifica-conceito-de-trabalho-escravo/>> Acesso em: 31 Out. 2017.

BRASIL, **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, jul 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm> Acesso em: 29 Nov. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CORSO, Mário. **Andarilhos, mendigos e loucos**. In: JERUSALINSKY, Alfredo; MERLO, Alvaro Crespo; GIONGO, Ana Laura (org.). O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p. 73-77.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. **Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, 2015, Vol. 58, p. 127-141. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v58n1/0034-7329-rbpi-58-01-00127.pdf>> Acesso em: 22 Set. 2017.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992. (Estudo de psicopatologia do trabalho).

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. **Psicodinâmica do trabalho**. Coordenação de Maria Irene Sotcco Betiol. Tradução de Maria Irene Stocco Betiol et al. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. (Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho).

DURIGUETTO, Maria Lúcia; DEMIER, Felipe. **Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo**. Vitória: Argum, 2017, v.9, n. 2, p. 8-19. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/17066/11887>> Acesso em: 03 Nov. 2017.

DUTRA, Renata Queiroz. **Direitos Fundamentais Sociais à afirmação da identidade e à proteção da subjetividade no trabalho**. Brasília: 2012, Rev. TST, vol. 78, no 4. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/35839/013_dutra.pdf?sequence=3> Acesso em: 03 Nov. 2017.

FREITAS, Décio. **Formas de escravidão no Brasil**. Transcrição: Luzimar Stricher. In: JERUSALINSKY, Alfredo; MERLO, Alvaro Crespo; GIONGO, Ana Laura (org.). O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p.83-87.

FREUD, Sigmund. **O Estranho (1919)**. In: Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVII. Tradução de Durval Marcondes e outros. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização (1929-1930)**. In: O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931). Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, 299 p. Vol. XXI. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil (1943)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5r8R-x8P27wC&oi=fnd&pg=PA11&dq=conquistas+trabalhistas+no+Brasil+era+vargas&ots=CvwpriYRS2&sig=Zs_tspXuIutzKYoH9C2kCoB_gRU#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 01 Nov 2017.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2014, p. 101-115, vol. 17. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v17n1/a08v17n1.pdf>> Acesso em: 02 Out. 2017.

JERUSALINSKY, Alfredo. **Papai não trabalha mais**. In: JERUSALINSKY, Alfredo; MERLO, Alvaro Crespo; GIONGO, Ana Laura (org.). O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p. 36 – 49.

LANER, Aline dos Santos. **Psicologia e trabalho na história: da apropriação do tempo à busca da felicidade**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

LINHART, R. *Lénine, les paysans, Taylor*. Paris: Seuil, 1976.

LOPES, Juarez Rubens Brandao. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 119 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/df6bv/pdf/lopes-9788599662823.pdf>> Acesso em: 22 Set. 2017.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. **Transformações no Mundo do Trabalho e a Saúde**. In: JERUSALINSKY, Alfredo; MERLO, Alvaro Crespo; GIONGO, Ana Laura (org.). O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p. 271-278.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Jx5964WRb5wC&oi=fnd&pg=PA7&dq=fim+da+escravidao+e+imigra%C3%A7%C3%A3o&ots=mAe8fCzdca&sig=J4zuZR-ot_ropU4A-Wx_9_UGF2Y#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 31 Out. 2017.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30**: as incertezas do regime. ANPUH – XXII Simpósio Nacional De História. João Pessoa: 2003, 7 p. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>> Acesso em: 02 Nov. 2017.

PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. **Brasil**: país da imigração? In: Revista Internacional de Língua Portuguesa III, n° 24, 2011. Disponível em: <http://lnx.scalabriniane.org/smr/wp-content/uploads/2013/09/livro_migracoes.pdf#page=360> Acesso em: 29 Nov. 2017.

QUINET, Antônio. **A estranheza da psicanálise**: a Escola de Lacan e seus analistas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=-wyityr7Fq4C&oi=fnd&pg=PA9&dq=unheimlich&ots=CK81Jglwf4&sig=CGCiAA72-csp9innTHa8z0Sc_hM#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 29 Nov. 2017.

REIS, Amanda Madeira. **A flexibilização das leis trabalhistas no Brasil como um pressuposto para o desenvolvimento econômico do país**. Brasília: 2016. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2210/2/AmandaMadeiraReisDissertacao2016.pdf>> Acesso em: 03 Nov. 2017.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo (1943). Tradução de Marcos Santarrita. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, 204p.

SUDBRACK, Maria Auxiliadora Pastor. **A voz do silêncio**: exclusão e diferença. In: JERUSALINSKY, Alfredo; MERLO, Alvaro Crespo; GIONGO, Ana Laura (org.). O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo. Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p. 88-96.

TAVARES, Leandro Anselmo Todesqui. **A depressão como "mal-estar" contemporâneo**: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, 181 p. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/j42t3/pdf/tavares-9788579831003.pdf>> Acesso em: 02 Set. 2017.

VERONESE, Luciane Gheller. **Barreiras, fronteiras e passagens**: a burocracia e o laço social na saúde mental pública brasileira - travessia de uma experiência. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/141022>> Acesso em: 27 Out. 2017.